

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LÍNGUA PORTUGUESA

01 A palavra coragem é muito interessante. Ela vem da raiz latina *cor*, que significa "coração". Portanto, ser corajoso
 02 significa viver com o coração. E os fracos, somente os fracos, vivem com a cabeça; receosos, eles criam em torno deles uma
 03 segurança baseada na lógica. Com medo, fecham todas as janelas e portas – com teologia, conceitos, palavras, teorias – e do lado
 04 de dentro dessas portas e janelas, eles se escondem.

05 O caminho do coração é o caminho da coragem. É viver na insegurança, é viver no amor e confiar, é enfrentar o
 06 desconhecido. É deixar o passado para trás e deixar o futuro ser. Coragem é seguir trilhas perigosas. A vida é perigosa. E só os
 07 covardes podem evitar o perigo – mas aí já estão mortos. A pessoa que está viva, realmente viva, sempre enfrentará o
 08 desconhecido. O perigo está presente, mas ela assumirá o risco. O coração está sempre pronto para enfrentar riscos; o coração
 09 é um jogador. A cabeça é um homem de negócios. Ela sempre calcula – ela é astuta. O coração nunca calcula nada.

<https://www.pensador.com/osho/>. Acesso em: 11 out. 2024.

01. Com base unicamente no contexto em que as palavras e as expressões se inserem, isto é, no texto em análise, este apresenta algumas antíteses, entre as quais:

- (A) “passado” (l. 06) e “futuro” (l. 06).
- (B) “conceitos” (l. 03) e “teorias” (l. 03).
- (C) “coração” (l. 05) e “coragem” (l. 05).
- (D) “jogador” (l. 09) e “homem de negócios” (l. 09).

02. Sustentando-se apenas no AOLP 1990, assinale a alternativa cujo teor está **INCORRETO**.

- (A) Recebem acento gráfico, em razão de regras distintas, os termos “aí” e “trás”.
- (B) As formas verbais “está” e “assumirá” são acentuadas em virtude da mesma regra.
- (C) As palavras “lógica” e “negócios” apresentam acento gráfico por serem ambas proparoxítonas reais.
- (D) São acentuados graficamente os vocábulos “é” e “já”, por eles terminarem nas vogais tônicas abertas -a, -e ou -o.

03. Apoie-se na ortoepia (“a parte da gramática que ensina as regras da boa pronúncia”) e nos aspectos fonéticos, a fim de analisar este excerto “**A palavra coragem é muito interessante. Ela vem da raiz latina cor, que significa ‘coração’**” (l. 01) e aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) As palavras “coragem” e “coração” têm o mesmo número de grafemas e o mesmo número de fonemas.
- (B) Nos vocábulos “coragem”, “interessante” e “vem”, inexistem ditongos nasais.
- (C) Existem somente encontros consonânticos inseparáveis nesse trecho.
- (D) Computam-se, nesse fragmento textual, quatro dígrafos vocálicos.

04. Em referência ao emprego e à classificação das palavras, qual é a assertiva cujo conteúdo apresenta **EXATIDÃO**?

- (A) O pronome oblíquo, em “eles se escondem” (l. 04), classifica-se como apassivador.
- (B) O termo “muito interessante” (l. 01) está no superlativo absoluto analítico.
- (C) O verbo “deixar” (l. 06), nas duas ocorrências, apresenta causatividade.
- (D) Os verbos “seguir” (l. 06) e “viver” (l. 02) são regulares.

05. Em “**Com medo, fecham todas as janelas e portas – com teologia, conceitos, palavras, teorias – e do lado de dentro dessas portas e janelas, eles se escondem**” (l. 03 e 04), os travessões foram empregados para:

- (A) isolar frases ou orações que se quer realçar ou enfatizar.
- (B) separar expressões, locuções ou frases nominais intercaladas.

(C) eliminar os parênteses, os colchetes, a vírgula e os dois-pontos.

(D) indicar, nos diálogos, a mudança de interlocutor ou o início da fala de um personagem.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - RACIOCÍNIO LÓGICO

06. Considere as seguintes proposições lógicas:

P = “Você pode andar nesta montanha-russa”.

Q = “Você tem menos de 1,40m de altura”.

R = “Você tem mais de 16 anos de idade”.

Lembre-se de que os símbolos \wedge , \vee e \neg representam respectivamente os conectivos lógicos de conjunção (e), disjunção (ou) e negação (não). Assinale a alternativa que equivale à sentença: “Você **não** pode andar nesta montanha-russa se tiver menos de 1,40m de altura, a menos que tenha mais de 16 anos de idade”.

- (A) $R \wedge \neg Q \wedge P$.
- (B) $R \vee \neg Q \wedge \neg P$.
- (C) $\neg R \vee Q \vee \neg P$.
- (D) $R \vee \neg Q \vee \neg P$.

07. Num grupo de pessoas, há 10 ciclistas, 14 advogados, 7 nadadores e 5 crianças. Todas as pessoas do grupo estão enquadradas em pelo menos uma dessas categorias e nenhuma criança é advogada. Podemos dizer com toda a certeza que o valor mínimo para a quantidade de pessoas no grupo é:

- (A) 5.
- (B) 19.
- (C) 21.
- (D) 36.

08. Observe a sequência: 0, 10, 20, 19, 29, 39, 38, 48, 58, 57, 67, 77, 76... Seus termos são obtidos a partir do número 0 executando-se as operações: somar 10, somar 10, subtrair 1; e repetindo-se essas operações, nesta ordem, por toda a sequência. Qual o primeiro termo da sequência estritamente maior do que 400?

- (A) 401.
- (B) 405.
- (C) 409.
- (D) 418.

09. Considere as seguintes premissas. “Se você me enviar um e-mail, então eu terminarei o trabalho”. “Se você não me enviar um e-mail, então eu irei dormir cedo”. “Se eu dormir cedo, então acordarei disposto”. Essas premissas levam à conclusão que:

- (A) se eu terminar o trabalho, então acordarei disposto.
- (B) se eu terminar o trabalho, então não acordarei disposto.
- (C) se eu não terminar o trabalho, então acordarei disposto.
- (D) se eu não terminar o trabalho, então não acordarei disposto.

10. Três amigos, Ana, Beto e Clara, estão hospedados em quartos diferentes de um hotel, de números 101, 102 e 103. Ana não está no quarto 101, Beto não está no quarto 102. Cada quarto possui um armário de tamanho diferente: pequeno, médio e grande. O quarto 101 não tem armário médio e o quarto 102 não tem armário grande. Esses armários possuem cores diferentes: azul, branca e preta. O armário pequeno não é azul, o médio não é branco e o grande é preto. O armário de cor branca está no quarto 102. O quarto de Clara tem armário de tamanho pequeno. A cor do armário do quarto de Ana é:

- (A) azul.
- (B) branca.
- (C) preta.
- (D) vermelha.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Para acessar o site da Prefeitura de Fortaleza, o usuário digita na barra de endereços do navegador:

Considere que a seguinte URL foi digitada em um navegador WEB: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/>

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos de Internet e Intranet.

- (A) www é o endereço IP do servidor que armazena o site.
- (B) HTTP é o protocolo de camada de aplicação utilizado na requisição.
- (C) A “/” no final irá forçar um erro 404.
- (D) O site faz parte do domínio “.com.br”.

12. No sistema operacional Windows, ao tentar executar um software não assinado que foi obtido através de um download por um navegador web, o sistema mostrará um aviso de segurança. Assinale a alternativa que contém o motivo de o sistema operacional exigir a confirmação antes de executar o software.

- (A) Porque é necessário realizar o desbloqueio do firewall antes de executar o aplicativo.
- (B) Para deletar arquivos desnecessários após a execução do aplicativo.
- (C) Porque softwares obtidos de fontes desconhecidas podem conter ameaças à segurança do sistema.
- (D) Para que o gerenciador de tarefas não bloqueie recursos do aplicativo no futuro.

13. O Microsoft Windows possui um firewall integrado desde o Windows XP SP2. Assinale a alternativa que correta sobre a função de um software de firewall ativo em um computador pessoal.

- (A) Bloquear acessos não autorizados e potenciais ameaças de segurança.
- (B) Melhorar a qualidade gráfica, permitindo melhor desempenho em jogos online.
- (C) Gerenciar o nível de segurança dos usuários, limitando os poderes de administrador.
- (D) Garantir que os softwares instalados a partir de qualquer fonte estejam livres de vírus e outras pragas virtuais.

14. As VPN têm sido utilizadas como um recurso de segurança e privacidade. Assinale a alternativa que possui uma motivação de se utilizar uma VPN para aumentar a privacidade da navegação web.

- (A) Acessar conteúdo que normalmente seria restrito ao seu país/região.
- (B) Dificultar o rastreamento por websites, escondendo seu endereço IP.
- (C) Aumentando a velocidade de conexão a todos os websites.
- (D) Reduzindo a latência entre seu navegador o website que deseja acessar.

15. Os serviços de computação em nuvem têm se tornado cada vez mais presentes em ambientes corporativos, governamentais e pessoais. Assinale a alternativa que apresenta uma utilização comum de um serviço de computação em nuvem.

- (A) Visualização de vídeos armazenados em um disco local.
- (B) Edição de imagens em um aplicativo para desktop, de forma off-line.
- (C) Edição de planilha eletrônica de forma colaborativa, através de um navegador web.
- (D) Armazenamento e compartilhamento de arquivos utilizando dispositivos de armazenamento portátil.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

16. Identifique a opção que apresenta informação correta, segundo o que se encontra disposto na Lei Complementar Municipal nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza.

- (A) Constituem princípios da política urbana as funções socioeconômicas da cidade.
- (B) O Sistema de Informações Municipais (SIM) tem como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana e de desenvolvimento sustentável, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.
- (C) A gestão democrática da cidade deve garantir a participação popular e a descentralização das ações e processos de tomada de decisões públicas em assuntos de interesses locais.
- (D) O SIM deverá reunir e manter atualizados, dentro do rol de bases informacionais permitidas, os cadastros completos e atualizados apenas no âmbito da Secretaria Municipal das Finanças.

17. Levando em conta as determinações constantes do Código de Ética, Conduta e Integridade da Administração Pública Municipal de Fortaleza, marque a opção verdadeira quanto às providências que devem ser adotadas a fim de prevenir a ocorrência de conflito de interesses pelos agentes públicos.

- (A) Ao empreender atividade remunerada em paralelo, comunicar o fato à autoridade máxima do órgão, por escrito.
- (B) As dúvidas dos agentes públicos com relação a qualquer tema tratado na presente lei deverão ser encaminhadas à Corregedoria-Geral do Município.
- (C) Informar acerca de bens e direitos que integram o seu patrimônio, de modo a ilidir eventual alegação de conflito de interesses e, assim, evitar a necessidade de alienação deles.
- (D) Relacionamentos de ordem profissional que possam ser interpretados como favorecimento, mesmo que apenas aparentem conflito de interesses, devem ser evitados, sendo facultativa, nesses casos, a consulta à respectiva comissão de ética.

18. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 0176, de 19 de dezembro de 2014, indique a assertiva que contém indicação correta de competência da Controladoria e Ouvidoria Geral do Município.

- (A) Apoiar e orientar os órgãos da administração municipal quanto ao cumprimento dos procedimentos legais que disciplinam o planejamento do orçamento público.
- (B) Coordenar e executar a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados especificamente quanto à eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial.
- (C) Realizar, obrigatoriamente, procedimentos de sindicância que visem apurar conduta ou ato praticado por servidor público, remetendo os autos à Procuradoria-Geral do Município nas situações em que se faça necessária a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.
- (D) Atuar na gestão fiscal e de resultados do Município.

19. Assinale o item correto, no que diz respeito ao Sistema de Controle Interno e Ouvidoria, nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

- (A) O Poder Executivo manterá órgão de controle interno da administração pública municipal, integrante do sistema de controle interno, com o objetivo de atuar na defesa dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Ao órgão de controle interno compete assistir o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que sejam atinentes à defesa do patrimônio público, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão, dentre outros.
- (C) O órgão de controle interno exercerá as funções de Ouvidoria Geral do Município, com vistas à promoção do exercício da cidadania, com a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos, exclusivamente com relação à prestação de serviços públicos em geral.
- (D) A competência do órgão de controle interno não exclui a da Procuradoria-Geral do Município no que concerne ao processamento dos processos administrativos disciplinares, exceto com relação àqueles em que sejam partes os servidores lotados no próprio órgão de controle interno.

20. A respeito da temática que envolve o direito de petição, em atenção ao que resta consignado na Lei Municipal nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza), indique a alternativa certa.

- (A) O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, podendo ser renovado mediante autorização do Prefeito.
- (B) O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em 120 (cento e vinte) dias, exceto quanto aos atos de que decorrerem demissão, exclusivamente.
- (C) Caberá recurso das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- (D) O recurso, que terá efeito suspensivo, será dirigido à autoridade imediatamente superior a quem tiver expedido o ato ou proferido a decisão.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Considerando as regras aplicáveis aos servidores públicos, assinale o item correto.

- (A) Nomeação, promoção, permuta, readaptação, aposentadoria, reversão, aproveitamento, reintegração e a recondução são formas de provimento dos cargos públicos.
- (B) A administração na área de segurança pública e seus servidores terão, dentro de suas searas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- (D) As funções de confiança são exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo; e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento.

22. Susana, atriz aposentada, foi nomeada para exercer determinado cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Por seu talento, carisma, competência e assiduidade no desempenho do trabalho, logo se tornou bastante respeitada entre os colegas, sendo alçada à condição de protagonista do grupo de teatro dos agentes da repartição, o que deixou a sua chefe Renata, até então protagonista do grupo, extremamente incomodada com a situação. Diante disso, a chefe Renata, que havia designado Susana para o cargo, arrependeu-se e resolveu exonerá-la. Nessa situação hipotética, Susana:

- (A) tem direito à reintegração ao cargo, dada a inconstitucionalidade de sua exoneração.
- (B) não tem direito à reintegração, mas poderá ser indenizada pela ausência de motivação administrativa do ato de exoneração.
- (C) tem direito à recondução ao cargo e à indenização pela dispensa arbitrária e sem justa causa.
- (D) não tem direito à reintegração nem à indenização.

23. Kamala ingressou no serviço público municipal por concurso de provas e títulos e busca saber os limites de seus direitos e deveres enquanto servidora. Nesse contexto, assinale a opção correta, conforme as disposições constitucionais sobre a administração pública.

- (A) Conforme entendimento do STF, enquanto não houver lei específica tratando do direito de greve dos servidores públicos, Kamala não pode exercer esse direito.
- (B) Segundo permissivo constitucional, Kamala pode acumular dois cargos de professora ou um cargo de professora com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- (C) Caso Kamala seja eleita vereadora, lhe será garantida a percepção das vantagens de seu cargo original, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente de compatibilidade de horários.
- (D) Kamala não pode exercer o direito à livre associação sindical.

24. Ao editar as leis e atos normativos, o Poder Legislativo nem sempre possibilita que elas sejam especificamente normatizadas. Cumpre, então, à Administração criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis à sua efetiva aplicabilidade. Essa é a base do:

- (A) poder de polícia.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder regulamentar.
- (D) poder hierárquico.

25. As responsabilidades dos servidores públicos municipais fortalezenses são também regidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza - Lei nº 6.794, de 27 de dezembro 1990. Sobre o tema, é **INCORRETO** afirmar.

- (A) A responsabilidade civil ou administrativa será afastada no caso de transação penal, suspensão do processo criminal ou SURSIS.
- (B) A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (C) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- (D) A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

26. Acerca dos direitos sociais, assinale o quesito correto.

- (A) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (B) Conquanto tenha caráter pessoal, o direito de reunião, encontra-se previsto na CF/88, no Capítulo que trata dos direitos fundamentais sociais.
- (C) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado.
- (D) Segundo expressa previsão do Texto Constitucional de 1988, a proteção em face da automação é um direito fundamental social do trabalhador que se aplica também aos servidores ocupantes de cargo público efetivo.

27. Sobre a Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos, assinale o item adequado.

- (A) Os direitos e garantias expressos na CF/88 excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (B) Os tratados internacionais que versam sobre direitos humanos, aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, são equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (D) Todos os tratados de direitos humanos promulgados após a Emenda Constitucional nº 45/2004 têm status de lei ordinária.

28. Acerca do Estado Laico e direitos fundamentais, assinale o item correto.

- (A) É constitucionalmente aceitável que lei imponha a estados e municípios a aquisição e oferta de publicações religiosas em bibliotecas escolares.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (C) Considerando a prevalência de determinada denominação religiosa em seu território, um Município pode erigir livro religioso como fonte de orientação de comunidades e grupos sociais em escolas públicas e repartições municipais.
- (D) Como decorrência da laicidade, devem Estados e Municípios se abster de proteger a liberdade de culto.

29. No que se refere à organização político-administrativa do Estado, assinale a opção correta.

- (A) Os Estados não podem se incorporar entre si, tampouco se subdividir ou se desmembrar.
- (B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (C) A União poderá intervir em município situado em estado, para reorganizar suas finanças públicas, na hipótese de suspensão do pagamento da dívida consolidada por mais de três anos consecutivos.
- (D) Os Municípios integram o Distrito Federal, e sua criação será regulada em lei complementar.

30. Recentemente, houve um movimento no estado do Pará para subdividir a referida unidade da federação, em 03 estados (Tapajós, Carajás e o remanescente do Pará), o que não se concretizou. Considerando esse cenário, é correto afirmar que, para a subdivisão ou o desmembramento de um estado a fim de anexá-lo a outro ou formar novos estados ou territórios federais, é necessária a aprovação da população diretamente interessada, por meio de:

- (A) plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar, além de estudo de viabilidade estadual, apresentado e publicado na forma da lei.
- (B) referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar, além de estudo de viabilidade estadual, apresentado e publicado na forma de lei.
- (C) referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (D) plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - GESTÃO PÚBLICA

31. A III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) propõe um novo pacto global: a chamada Nova Agenda Urbana, que apresenta uma mudança de paradigma na ciência das cidades e estabelece padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhoria das áreas urbanas. Abordagens de desenvolvimento urbano e territorial incluem, dentre outros fatores, o fortalecimento da Governança Urbana.

Sobre os marcos de apoio no desenvolvimento da estrutura de Governança Urbana, analise os itens abaixo.

- I. Promover uma maior coordenação e cooperação entre os governos nacionais, subnacionais e locais, em particular por meio de mecanismos de consulta multinível e da definição clara das respectivas competências, ferramentas e recursos de cada nível de governo.
- II. Incentivar estruturas regulatórias adequadas e apoio aos governos locais no estabelecimento de parcerias com comunidades e sociedade civil, exceto com o setor privado, para desenvolver e gerir serviços básicos e infraestrutura, assegurando que o interesse público seja preservado e que objetivos, responsabilidades e mecanismos de prestação de contas concisos estejam claramente definidos.
- III. Adotar medidas para estabelecer arcabouços jurídicos e institucionais, com base nos princípios da igualdade e da não discriminação, para fortalecer a capacidade dos governos de implementar as políticas nacionais urbanas de forma eficaz, quando pertinente, e habilitá-los como formuladores de políticas e tomadores de decisão, garantindo a necessária descentralização fiscal, política e administrativa baseada no princípio da subsidiariedade.
- IV. Promover abordagens participativas e sensíveis à idade e ao gênero em todas as fases do processo de planejamento e de elaboração da política urbana e territorial, com base em novas formas de parceria direta entre todos os níveis de governo e a sociedade civil.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, III e IV apenas.
- (D) I, II e III apenas.

32. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O capítulo da Constituição Federal que trata da Política Urbana, estabelece que:

- I. o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- II. o Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades com até 20 mil habitantes.
- III. aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III apenas.

33. Diversas estratégias territoriais podem ser implementadas pelos municípios para desenvolver soluções sustentáveis para os problemas de transporte e mobilidade nas cidades brasileiras. Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS) é um modelo que busca reorientar as políticas e estratégias de planejamento e desenho urbano atuando essencialmente na integração entre mobilidade urbana e uso do solo. Analise as assertivas abaixo sobre as principais estratégias de desenho urbano DOTS que devem ser aplicadas para que uma comunidade urbana seja sustentável e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Conectividade interna é uma das estratégias na escala da Cidade, a qual recomenda que a comunidade urbana tenha uma alta conectividade e não possua ruas sem saída. Para assegurar um alto grau de conectividade, esse índice deve atingir 1,4, no mínimo, pontuação esta que expressa a existência de conexões mais diretas para o acesso entre dois lugares.

() A estratégia, na escala da Rua, referente a calçadas e ciclovias, é garantir um fluxo ininterrupto de pedestres dividindo as calçadas em três zonas ou faixas distintas: a faixa livre, a faixa de serviço e a faixa de transição.

() Uma das estratégias de desenho urbano DOTS referente à mobilidade não motorizada (pedestres e ciclistas), na escala do Bairro, é assegurar uma rede de rotas cicloviárias que interligue os centros de bairro entre si, das origens aos destinos-chave para a comunidade.

() A otimização dos percursos diários é uma das estratégias na escala do Bairro. Para isso, é necessário assegurar que exista ao menos um emprego formal por moradia construída dentro de uma distância de sete quilômetros, a partir de qualquer ponto da comunidade urbana.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) F, V, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, F, V, F.
- (D) F, V, F, V.

34. O Plano Fortaleza 2040 é uma nova forma de planejar a cidade com cidadania. Define e compactua estratégias para o desenvolvimento urbanístico, econômico e social integrados, que se destina a orientar as políticas e ações públicas e privadas na cidade, capazes de proporcionar melhor qualidade de vida, ampla oportunidade de negócios e preservação e valorização de seu patrimônio cultural e ambiental.

O quadro abaixo mostra diretrizes gerais de alguns dos 33 planos que compõem o Plano Fortaleza 2040.

I. Plano da Juventude	1. Garantir o cuidado integral às pessoas nas várias fases do ciclo de vida, considerando as questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosas e em situação de vulnerabilidade social.
II. Plano dos Diretos da Criança e do Adolescente	2. Promoção e viabilização da participação qualificada da sociedade civil, garantindo as formas legítimas e legais de organização social.
III. Plano da Assistência Social	3. Qualificar e capacitar a juventude para sua inserção no mercado de trabalho.
IV. Plano dos Direitos da Pessoa com Deficiência	4. Desenvolver políticas de segurança que combatam e
V. Plano da Saúde	

	denunciem o extermínio de jovens, especialmente, os pobres e negros.
--	--

Marque a opção que apresenta a correlação correta entre os seus agrupamentos.

- (A) 1 – III, 2 – IV, 3 – II, 4 – II.
- (B) 1 – V, 2 – III, 3 – I, 4 – I.
- (C) 1 – III, 2 – IV, 3 – I, 4 – I.
- (D) 1 – II, 2 – III, 3 – II, 4 – III.

35. De acordo com Cavalcante, Mendonça e Brandalise (2019), as rápidas mudanças no mundo contemporâneo e o reconhecimento das limitações do modelo tradicional de desenvolvimento de políticas públicas apontam para a necessidade de dialogar com as possibilidades que se abrem para a administração pública, a partir da incorporação dos princípios e contribuições do *Design Thinking*. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa que descreve corretamente as características do *Design Thinking*.

- I. Busca o entendimento e recorte do problema levando em conta sua complexidade, relação sistêmica e interdependência. O cidadão é visto como fonte de *insights* e potencial para construção coletiva de soluções.
- II. Possui modelo mental prescritivo (uso de documentos de políticas que descrevem ou prescrevem um curso predefinido de ação) e foco no planejar.
- III. O processo de desenvolvimento da política pública funciona simultaneamente em várias direções e é transversal no sistema organizacional. Busca integrar diferentes esforços de formulação por meio de métodos participativos.
- IV. Os resultados são previsíveis e resultam de um processo cuidadoso de execução.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I, II e III apenas.
- (C) II, III e IV apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE
PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**

36. De acordo com as Normas Internacionais para a prática da Auditoria Interna, o zelo profissional a ser exercido pelos auditores leva em consideração:

- (A) a extensão do trabalho a ser realizado; o custo da avaliação em relação aos benefícios; a probabilidade de haver não conformidades; e o formato da auditoria.
- (B) o custo da avaliação em relação aos benefícios; as normas relativas à opinião do auditor; as metodologias empregadas; e o exame do material a ser avaliado.
- (C) o formato da auditoria; a análise custos x benefícios de qualquer atividade; a análise da estrutura de governança; e a extensão do trabalho a ser realizado.
- (D) a probabilidade de haver erros; o custo da avaliação em relação aos benefícios; a adequação dos processos de governança; e a extensão do trabalho a ser realizado.

37. As políticas de gestão de riscos adotadas pelo Tribunal de Contas da União levam em consideração alguns modelos internacionais, dentre eles podemos citar o Guia Internacional publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO. De acordo com o COSO, a gestão de riscos corporativos é:

- (A) o processo pelo qual são estabelecidas etapas de comunicação, consulta e monitoramento dos riscos.
- (B) a identificação de processos dentro do planejamento estratégico e a integralização da matriz de riscos.
- (C) o processo que passa por toda a organização e que visa fornecer segurança no alcance dos objetivos da entidade.
- (D) a relação entre a concepção de uma matriz de riscos focada nas operações e a avaliação estratégica dos resultados da entidade.

38. Sobre os Papéis de Trabalho da Auditoria Governamental, assinale V, para as sentenças verdadeiras, e F, para as falsas.

- Os Papéis de Trabalho de Execução constituem registro que possibilita consultas posteriores no trabalho de Auditoria.
 - Os Papéis de Trabalho de Planejamento não devem ser utilizados no início do processo de auditoria.
 - Os Papéis de Trabalho de Planejamento evidenciam a fase de organização da auditoria.
 - A revisão contábil da entidade auditada está presente nos Papéis de Trabalho de Execução.
- (A) F - F - V - V.
 - (B) V - F - V - F.
 - (C) V - F - V - V.
 - (D) F - V - V - V.

39. De acordo com os procedimentos de Auditoria sob a perspectiva do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, assinale a alternativa correta.

- (A) No trabalho de Auditoria Interna, deve ser observada a legislação tributária, trabalhista e societária, quando aplicável.
- (B) A informação relevante deve ser utilizada para assegurar que o trabalho da Auditoria Interna está alcançando seu objetivo.
- (C) O auditor interno realiza procedimentos de inspeção, observação, investigação e confirmação no intuito de mudar determinada finalidade.
- (D) Os testes substantivos visam à obtenção de confirmações quanto aos sistemas financeiros e contábeis da entidade.

40. Assinale a opção verdadeira.

- (A) Consequência pode ser considerada um achado em auditoria.
- (B) Causa é a razão entre o achado e a condição.
- (C) O critério pode ser qualitativo ou quantitativo.
- (D) O achado é resultado do planejamento do trabalho da auditoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA 3 – DIREITO

41. Cláudia procurou a Secretaria de Defesa do Consumidor (PROCON Fortaleza), queixando-se de lhe ter sido negado crédito. Informou que a recusa se baseou em uma pontuação baixa atribuída por meio do uso do método para avaliação do risco de concessão de crédito, conhecido como sistema “escore de crédito” (em inglês: “*credit scoring*”). Aduziu a consumidora interessada que o método foi aplicado sem o seu consentimento prévio, bem como explicou que não foram prestados quaisquer esclarecimentos a respeito das fontes dos dados considerados nem das informações pessoais valoradas. Ante os fatos narrados, à luz das disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) sobre banco de dados e cadastro de consumidores, direitos dos consumidores, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) Essa prática comercial é ilícita, estando absolutamente vedada pelo CDC e legislação consumerista.
- (B) Ante a ausência de normatização específica, o desrespeito aos limites legais na utilização do sistema “*credit scoring*” não enseja nenhum tipo de responsabilização.
- (C) A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.
- (D) É indispensável o consentimento do consumidor consultado para fins de validade do procedimento intitulado “*credit scoring*”.

42. Em uma disputa judicial estabelecida no Brasil referente a um contrato internacional de compra e venda de mercadorias da China, regido por lei estrangeira, uma sociedade empresária a invocou para fundamentar a sua pretensão perante a outra parte. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta à luz da LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

- (A) Conforme disposto na LINDB, a alegação de lei estrangeira pelos litigantes depende da concordância da parte contrária.
- (B) Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
- (C) A alegação de lei estrangeira pelos litigantes viola a ordem pública e é vedada pela LINDB.
- (D) Pela LINDB, o magistrado não pode transferir o encargo de comprovar o teor e a vigência da lei estrangeira à parte.

- 43.** No que se refere à teoria da empresa e ao empresário, assinale a opção correta, considerando as prescrições do Código Civil de 2002.
- (A) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
 - (B) É facultada a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
 - (C) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
 - (D) Sempre se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- 44.** Sobre as modalidades de obrigações, julgue o item correto, à luz do Código Civil, bem como da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (A) Constitui-se em obrigação de dar coisa incerta aquela em que o elemento preponderante é a prestação de uma atividade pelo devedor, ainda que sucedida pela entrega de coisa, cabendo, portanto, a fixação de astreintes para o caso de descumprimento.
 - (B) Constitui-se em obrigação de dar coisa certa aquela em que o elemento preponderante é a prestação de uma atividade pelo devedor, ainda que sucedida pela entrega de coisa, cabendo, portanto, a fixação de astreintes para o caso de descumprimento.
 - (C) Constitui-se em obrigação de dar e de fazer aquela em que o elemento preponderante é a prestação de uma atividade pelo devedor, ainda que sucedida pela entrega de coisa, cabendo, portanto, a fixação de astreintes para o caso de descumprimento.
 - (D) Constitui-se em obrigação de fazer aquela em que o elemento preponderante é a prestação de uma atividade pelo devedor, ainda que sucedida pela entrega de coisa, cabendo, portanto, a fixação de astreintes para o caso de descumprimento.
- 45.** Com base nas disposições do Código Civil em vigor referentes à empresa e às sociedades empresárias, assinale a opção correta.
- (A) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida pelo sócio ostensivo em articulação com o sócio participante, no nome de ambos e com responsabilidade solidária.
 - (B) A constituição da sociedade em conta de participação é extremamente rigorosa e repleta de formalismos indispensáveis.
 - (C) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
 - (D) Pessoas físicas ou jurídicas podem tomar parte como sócios nas sociedades em nome coletivo.

- 46.** Nos termos da jurisprudência do STF, marque o item correto sobre a seguinte casuística: os entes da federação, em decorrência da competência comum, nas demandas prestacionais na área da saúde, assumem uma obrigação:
- (A) solidária.
 - (B) alternativa.
 - (C) facultativa.
 - (D) natural.
- 47.** Em um contrato de compra e venda de imóvel mediante pagamento em prestações, foi estabelecida cláusula de perda total das prestações pagas em favor do vendedor no caso de, em razão do inadimplemento do comprador, o vendedor pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto negociado. Considerando-se essa situação hipotética e as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), é correto afirmar que a referida cláusula:
- (A) é válida, plena e eficaz.
 - (B) por ser abusiva, é nula de pleno direito.
 - (C) é meramente anulável.
 - (D) pode ser livremente estabelecida, por força da tônica da autonomia da vontade.
- 48.** O Texto Constitucional de 1988 assegura aos cidadãos, independentemente do pagamento de taxas, da comprovação de estado de pobreza ou de insuficiência de recursos:
- (A) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
 - (B) a assistência jurídica integral.
 - (C) certidão de óbito.
 - (D) certidão de casamento.
- 49.** Sobre o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, assinale o quesito adequado nos termos da CF/88.
- (A) Cabe à União a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
 - (B) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
 - (C) Cabe aos Municípios a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
 - (D) Cabe ao Distrito Federal a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

50. No campo da hermenêutica constitucional, preleciona José Joaquim Gomes Canotilho (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª edição. Coimbra: Almedina, 2.006, pág. 1.224) que este princípio, também designado por princípio da eficiência ou princípio da interpretação efetiva, pode ser formulado da seguinte maneira: a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê. É um princípio operativo em relação a todas e quaisquer normas constitucionais e, embora a sua origem esteja ligada à tese da atualidade das normas constitucionais (Thoma), é hoje sobretudo invocado no âmbito dos direitos fundamentais (no caso de dúvidas, deve-se preferir a interpretação que reconheça maior eficácia aos direitos fundamentais). Nesse caso, o autor está a tratar do princípio da:

- (A) proporcionalidade.
- (B) máxima efetividade.
- (C) interpretação conforme a Constituição.
- (D) razoabilidade.

51. Ao definir a organização político-administrativa do Estado brasileiro, o constituinte determinou que o Município:

- (A) pode explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (B) são bens dos municípios, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- (C) poderá suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (D) os municípios poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

52. Assinale a alternativa que **NÃO** contém um princípio geral da atividade econômica, conforme propugnado pela CF/88:

- (A) soberania nacional.
- (B) propriedade privada.
- (C) função social da propriedade.
- (D) inovação, alta produtividade e empreendedorismo cidadão.

53. Custódia, proprietária de um imóvel urbano situado no Bairro Lagoa Redonda, tem se mostrado relapsa, negligente e descumpridora da função socioambiental da propriedade urbana. Nesse caso, considerando a política urbana disposta no Texto Constitucional de 1988, é facultado ao Poder Público municipal de Fortaleza, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, da proprietária Custódia, quanto ao solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, de:

- (A) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (B) imposto sobre a propriedade territorial rural progressivo no tempo.
- (C) parcelamento ou edificação facultativos.
- (D) desapropriação judicial prevista no Código Civil.

54. A respeito do sistema constitucional de crises e da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale o quesito adequado.

- (A) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a cento e vinte dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (B) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples.
- (C) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- (D) Rejeitado o decreto do estado de defesa, sua cessão dependerá de nova apreciação do Congresso Nacional.

55. Em relação aos direitos políticos, conforme previsto na CF/88, julgue o item correto.

- (A) É vedado o alistamento eleitoral de oficial das Forças Armadas em operação militar.
- (B) São inelegíveis os inalistáveis, os indígenas e os analfabetos.
- (C) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos de forma indefinida.
- (D) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

56. A Delegacia de Crimes Contra a Administração e Finanças Públicas em Fortaleza recebeu denúncia anônima contra Lígia Beatriz, administradora de hospital público municipal, a qual teria adulterado, em 11/9/2020, documentos comprobatórios de capacidade técnica de empresa para auferir o objeto da licitação, consistente na administração da saúde pública no município. O delegado titular da Delegacia de Crimes Contra a Administração e Finanças Públicas, após as investigações policiais, concluiu que havia ocorrido o crime de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, nos termos do Código Penal e normatização de regência. Além dos aspectos penais, a autoridade policial identificou suposto dano ao erário público, em razão da conduta de Lígia Beatriz. Assim, sugeriu, em seu relatório final, a instauração da ação penal e a propositura de ação de reparação dos danos ao erário, fundada em ato tipificado como ilícito de improbidade administrativa. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Independentemente de lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa poderá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- (B) Caberá ação de reparação dos atos ilícitos dolosos e culposos tipificados em lei.
- (C) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 10 (dez) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (D) Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.

57. Maria Júlia trafegava em seu carro na Avenida Dr. Silas Munguba, Bairro Passaré, durante a manhã, a caminho do trabalho, quando, em meio ao trânsito lento, foi surpreendida por um automóvel oficial do Município de Fortaleza, que passou de forma brusca e acelerada ao lado de seu veículo, causando um leve abalroamento, que levou a motorista a colidir contra o veículo à sua frente, o que, afinal, causou graves danos a esses dois carros. Apesar do acidente e dos danos materiais aos dois veículos, não houve feridos. Após confeccionar o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito em Fortaleza, Maria Júlia resolveu comparecer ao plantão da Corregedoria-Geral do Município de Fortaleza, para noticiar o ocorrido, tendo indicado o número da unidade inscrito no automóvel oficial, assim como o horário em que o abalroamento havia acontecido. Em sua apuração preliminar, a corregedoria identificou os servidores públicos municipais que estavam no automóvel, assim como constatou que eles não se dirigiam a nenhuma diligência laboral na ocasião, apenas buscavam fugir do engarrafamento, por mero capricho. Após regular sindicância administrativa disciplinar, os servidores públicos municipais foram punidos. Ao tomar conhecimento do resultado da apuração da Corregedoria-Geral do Município de Fortaleza, Maria Júlia decidiu ajuizar ação para obter reparação civil do Município de Fortaleza, tendo em vista os danos causados ao seu veículo. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com relação à responsabilidade civil do Município.

- (A) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada apenas contra o Município de Fortaleza, não sendo possível a responsabilização civil do servidor que causou o dano, nem mesmo em ação de regresso.
- (B) Maria Júlia deverá ajuizar ação de responsabilidade civil apenas em desfavor dos servidores públicos municipais que conduziam o automóvel oficial quando do abalroamento, já que foi apurado, no procedimento disciplinar, que eles atuaram com dolo ou culpa.
- (C) O Município de Fortaleza responde pelos danos que seus agentes públicos, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra os responsáveis nos casos de dolo ou culpa.
- (D) Cabe à vítima do dano (Maria Júlia) a escolha do polo passivo da demanda, podendo ela ajuizar ação contra os agentes públicos municipais que causaram o dano ou contra o Município de Fortaleza, ente político.

58. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que corresponde à modalidade de licitação “pregão”.

- (A) Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (B) Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (C) Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (D) Procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.

59. A alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços, é legalmente definida como:

- (A) desapropriação judicial.
- (B) investidura.
- (C) usucapião administrativa.
- (D) concessão de domínio.

60. Ao estabelecer que, nos processos administrativos, serão indicados os pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão, a Lei nº 9.784/99 está tratando do princípio da:

- (A) motivação.
- (B) segurança jurídica.
- (C) proporcionalidade.
- (D) razoabilidade.

61. De acordo com a legislação específica, qual seja, a Lei nº 11.079/2004, o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas:

- (A) terá natureza pública e patrimônio comum ao dos cotistas, e será sujeito a direitos e obrigações solidários.
- (B) seu patrimônio será formado pelo aporte de bens, serviços e obrigações realizadas pelos cotistas, por meio da integralização de cotas e pelos rendimentos obtidos com sua administração.
- (C) responderá pelas obrigações contraídas de forma solidária com os cotistas.
- (D) responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

62. Sobre a possibilidade de desapropriação de bens públicos, marque o quesito correto.

- (A) Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.
- (B) Os bens públicos não podem ser objeto de desapropriação, por força da característica da imprescritibilidade.
- (C) É indispensável a autorização legislativa quando a desapropriação de bens públicos for realizada mediante acordo entre os entes federativos.
- (D) Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados, sendo vedada a desapropriação de bens públicos municipais pela União.

63. Sobre a extinção dos atos administrativos, marque o quesito correto, conforme a orientação jurisprudencial firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF).

- (A) Os atos administrativos não podem ser desfeitos na esfera administrativa.
- (B) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (C) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo vedada, em ambas as hipóteses, a apreciação judicial.

64. Sobre o reexame necessário, marque a opção correta.

- (A) Todas as ações contra a Fazenda Pública sujeitam-se ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal a sentença.
- (B) O reexame necessário pelo Tribunal opera somente a coisa julgada formal.
- (C) Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, que se considera interposto *ex lege*.
- (D) As decisões interlocutórias sujeitam-se ao reexame necessário, sob pena de não produzir efeito.

65. Marque o item correto.

- (A) A competência absoluta pode ser alterada pela parte.
- (B) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- (C) Presentes as condições legais, a reunião de processos, no caso de conexão, é uma faculdade do julgador.
- (D) Os processos de ações conexas serão separados, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

66. Marque a opção **INCORRETA**.

- (A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- (B) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- (C) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.
- (D) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta, obrigatoriamente, no foro de domicílio estrangeiro.

67. Os recursos são meios idôneos para atender o exercício de inconformismo da parte, e eventualmente de terceiros interessados, quanto às decisões que lhes são desfavoráveis. Sobre os recursos, marque a opção correta.

- (A) O pedido de reconsideração é uma espécie recursal prevista no Código de Processo Civil.
- (B) Contra sentença é cabível agravo de instrumento.
- (C) O sistema processual brasileiro assegura ampla recorribilidade das decisões, ainda que não de forma absoluta, atendendo ao princípio da taxatividade e da unicidade dos recursos.
- (D) Os recursos impedem a eficácia da decisão, devendo aguardar a decisão final do recurso, ficando o juiz proibido de conceder efeito devolutivo.

68. Acerca do controle judicial de constitucionalidade, marque a opção correta.

- (A) Controle de constitucionalidade é o mesmo controle de convencionalidade.
- (B) O controle de constitucionalidade pode ser classificado como difuso ou concentrado, conforme seja atribuído a todos os juízes ou limitado a um órgão ou conjunto de órgãos. Também pode ser classificado como abstrato ou concreto, conforme ocorra mediante a propositura de demanda na qual a constitucionalidade seja o objeto do processo ou em que seja questão prejudicial ao exame do mérito da demanda, impondo-se sua resolução incidentalmente.
- (C) O controle abstrato de constitucionalidade é atribuído sua competência ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 102, da Constituição.
- (D) A reserva de plenário no controle de constitucionalidade permite que quaisquer órgãos fracionários dos tribunais brasileiros possam decretar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo.

69. Observe as assertivas e marque a opção correta.

- I. A reclamação constitucional é o instituto processual destinado à preservação da competência do tribunal, à manutenção do império e da autoridade de decisões do tribunal, à garantia da obediência das decisões proferidas pelo STF em sede de controle concentrado da constitucionalidade e à observância e ao respeito às súmulas vinculantes.
 - II. A reclamação constitucional tem natureza jurídica de ação.
 - III. Cabe reclamação constitucional quando os precedentes formados em sede de julgamentos de incidentes de resolução de demandas repetitivas ou proferidos em incidente de assunção de competência não forem cumpridos.
 - IV. O legitimado ativo típico para o aforamento da reclamação será o beneficiário da decisão cuja autoridade foi violada.
- (A) Estão corretas todas as opções.
 - (B) Somente as opções I e II estão corretas.
 - (C) Somente as opções III e IV estão corretas.
 - (D) Somente a opção I está correta.

70. Marque a opção correta.

- (A) O cidadão, com 16 anos, mesmo com título de eleitor, não pode propor ação popular, tendo legitimidade somente aos 18 anos.
- (B) O mandado de segurança é o meio processual adequado para provar um fato e exigir um direito.
- (C) Caso a decisão do mandado de segurança seja denegatória, mesmo não fazendo coisa julgada contra o impetrante, impede o uso da ação própria para garantia do direito.
- (D) Na ação popular, o duplo grau de jurisdição é obrigatório em relação à sentença que extingue o processo sem resolução de mérito ou que julga improcedente o pedido do autor, sujeita-se ao reexame necessário.

QUESTÕES DISCURSIVAS

01. O bairro Novo Horizonte, em Fortaleza, enfrenta desafios significativos: alta densidade populacional, infraestrutura deficiente, baixos índices de arborização, vulnerabilidade social elevada e desemprego acima da média municipal. No entanto, o bairro possui potencial para se tornar um exemplo de integração urbana sustentável, com um grupo ativo de moradores e localização estratégica próxima a um corredor de transporte público. A prefeitura, com base no Plano Fortaleza 2040, decide implementar um projeto-piloto no bairro, que deve abordar os sete grandes eixos estratégicos de forma integrada.

Como um projeto-piloto no bairro Novo Horizonte pode atender aos sete grandes eixos estratégicos do Plano Fortaleza 2040, promovendo um modelo de revitalização urbana que seja sustentável, inclusivo e replicável para outras áreas da cidade?

02. A Instrução Normativa nº 08, de 6 de dezembro de 2017, aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (MOT). Nele é apresentada a metodologia de Planejamento de Auditoria Baseada em Riscos – PABR, que deve ser utilizada para a elaboração do Plano Anual de Auditoria baseado em riscos, bem como para o planejamento dos trabalhos individuais de auditoria.

Baseado na IN nº 08, de 6 de dezembro de 2017, cite quais as etapas para a elaboração de um Plano de Auditoria Baseado em Riscos e especifique quais as atividades a serem realizadas em cada uma das etapas.

FOLHA DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RASCUNHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	